



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

Município de **Nova Brésia/RS**

Edital de Concorrência Presencial nº **001/2025**

Tipo de julgamento: menor preço

Regime de execução: Empreitada por preço global

Modo de disputa: aberto

Processo nº **111/2025**

Edital de concorrência presencial para a contratação de empresa especializada para execução de obra de ILUMINAÇÃO NA PISTA DE CAMINHADA, junto a RS 425, acesso ao Município de Nova Brésia, com recursos oriundos da Secretaria do Esporte do Estado do Rio Grande do Sul, através do Programa Avançar+ Ilumina Esporte, e com recursos próprios.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA/RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade concorrência, na forma presencial, do tipo menor preço, objetivando a contratação de empresa especializada para a execução de obra de pavimentação asfáltica de trecho da Estrada Geral, para Linha Caçador, meio rural, Município de Nova Brésia/RS, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 002/2024, de 10 de janeiro de 2024.

A sessão será realizada no seguinte endereço: Centro Administrativo Municipal de Nova Brésia/RS – Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Brésia/RS, **no dia 12 de março de 2025, às 9h**, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto da presente licitação a execução de obra de ILUMINAÇÃO NA PISTA DE CAMINHADA, junto a RS 425, acesso ao Município de Nova Brésia, a serem executados em regime de empreitada por preço global, conforme especificações técnicas detalhadas no Memorial Descritivo (Anexo III), cronograma físico-financeiro (Anexo VIII), minuta de contrato (Anexo XIII) e demais documentos anexos ao presente edital, com recursos próprios e com recursos provenientes do **PROA nº 24/2900-0000660-1 e FPE nº 5221/2024, do Programa Avançar+ Ilumina Esporte da Secretaria do Esporte do Estado do Rio Grande do Sul.**

1.2. O valor máximo estimado para esta contratação é de **R\$ 255.202,16 (duzentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e dois reais com dezesseis centavos).**

2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

2.1. A licitante deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE NOVA BRÉSCIA/RS
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

AO MUNICÍPIO DE NOVA BRÉSCIA/RS EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025 ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO PROPONENTE (NOME COMPLETO)

3. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao agente de contratação, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

4. DA VISTORIA TÉCNICA OBRIGATÓRIA

4.1 A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços nos seguintes dias úteis: de 24 de fevereiro a 11 de março de 2025, entre 08:00 às 11:00 hs, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, mediante prévio agendamento de horário junto ao Município, pelo telefone (51) 3757-1122, Ramal 216.

4.2 O responsável da empresa, devidamente credenciado, munido de documento de identidade, realizará a visita ao local da obra, quando será fornecido o respectivo Atestado de Visita Técnica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

4.3 O Atestado de Visita Técnica poderá ser substituído por Declaração do responsável técnico legalmente habilitado, de que tem plena ciência das condições e peculiaridades da obra/serviço e que aceita como válida a situação em que se encontra o local para execução do objeto do contrato, caso em que a empresa assume inteira responsabilidade pelo desconhecimento de eventuais particularidades da área, não cabendo qualquer reclamação posterior.

5. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

5.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública da concorrência, o agente de contratação, inicialmente, receberá o envelope nº 01 - Proposta e o envelope nº 02 - Documentação.

5.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

5.3. O agente de contratação realizará o credenciamento da interessada, que deverá comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame, além de declarar:

a) Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

b) Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

d) Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

e) Que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

f) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

g) Que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

h) Outras eventuais declarações complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo agente de contratação, deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

6. PROPOSTA

6.1. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta)** dias úteis, a contar da data de abertura da sessão da concorrência, estabelecida no preâmbulo desse edital.

6.2. Os licitantes deverão apresentar suas propostas, observando as diretrizes do Modelo de Proposta Comercial e de planilha com indicação dos quantitativos e custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores.

6.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

Para fins de habilitação nesta concorrência, a licitante vencedora deverá apresentar, dentro do envelope nº 2, os seguintes documentos:

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) se o licitante for pessoal natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;
- b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, e com o Município de Nova Brésia/RS, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

7.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento;
- c) para comprovação da boa situação financeira da empresa, serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte fórmula:

1. **LC (índice de Liquidez Corrente)**, o qual será calculado como segue:

$$LC = \frac{AC}{PC} = > 1,00$$

2. **LG (índice de Liquidez Geral)**, o qual será calculado como segue:

$$LG = \frac{(AC + ARLP)}{(PC + PELP)} = > 1,00$$

3. **SG (Solvência Geral)**, o qual será calculado como segue:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

$$SG = \frac{(AT - DA)}{(PC + PELP)} = > 1,00$$

4. **ET (endividamento Total)**, o qual será calculado como segue:

$$ET = \frac{(PC + PELP)}{AT} = < 0,80$$

Onde:

AC= Ativo Circulante

PC= Passivo Circulante

ARLP= Ativo Realizável a Longo Prazo PELP= Passivo Exigível a Longo Prazo AT= Ativo Total

DA= Despesas Antecipadas

Obs: utilizar no cálculo duas casas decimais

7.3.1. É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

7.3.2. Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

7.3.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.3.4. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

7.3.4.1. A substituição referida no item 7.3.4. somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

7.3.5. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL

7.4.1. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

a) Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/CONFEA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU/BR, da região onde a sede da licitante se localiza.

b) Comprovante de registro do no mínimo um Responsável Técnico, junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia-CREA/CONFEA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU/BR da região onde a sede da licitante se localiza.

c) Declaração que não está sob os efeitos de penalidade administrativa de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública Federal, Estadual ou Municipal, bem como que comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos que venha alterar a sua capacidade jurídica, técnica, fiscal ou econômico-financeira.

c) Atestados ou certidões de capacidade técnica do responsável técnico da licitante indicado no Item b), devidamente registrados no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados das



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

respectivas CATs – Certidões de Acervo Técnico, que comprovem ter, executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, contendo no mínimo as seguintes informações: nome do contratado e do contratante; identificação do tipo ou natureza da obra; localização da obra; período de execução e descrição dos serviços executados e suas quantidades, que comprove a execução de obra ou serviço de característica semelhantes, limitados exclusivamente a 50% das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto desta licitação, ficando vedada a acumulação de atestados.

d) Atestados ou certidões de capacidade técnica – operacional da licitante, devidamente registrados no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas CATs – Certidões de Acervo Técnico, que comprovem ter, executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, contendo no mínimo as seguintes informações: nome do contratado e do contratante; identificação do tipo ou natureza da obra; localização da obra; período de execução e descrição dos serviços executados e suas quantidades, que comprove a execução de obra ou serviço de característica semelhantes, limitados exclusivamente a 50% das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto desta licitação, ficando vedada a acumulação de atestados.

e) Os atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente serão aceitos com a respectiva certidão do CREA/CONFEA, não sendo aceitas certificações através de carimbos.

Observação 3: Os atestados(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal especificada no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil - RFB.

f) Declaração que não está sob os efeitos de penalidade administrativa de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública Federal, Estadual ou Municipal, bem como que comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos que venha alterar a sua capacidade jurídica, técnica, fiscal ou econômico-financeira.

g) Indicação do Responsável Técnico que atuará nas obras/serviços, com o compromisso dele de que, caso a licitante seja vencedora, exercerá diretamente suas atividades nos serviços contratados.

h) Declaração individual, do pessoal técnico de nível superior indicado para a execução dos serviços, autorizando a sua inclusão na equipe de trabalho.

i) Prova da licitante possuir, na data prevista para a sessão de abertura dos envelopes nº 02 - Habilitação, profissional técnico na área, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e/ou serviços de complexidades tecnológica operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, registrado no CREA da região onde os serviços foram executados.

j) Atestado de visita ao local dos trabalhos, devendo esta ser realizada pelo responsável técnico da empresa proponente, acompanhado pelo responsável da Administração Municipal, o qual atestará esta visita, conforme Item “3.1” do Edital.

j.1) O Atestado de Visita Técnica poderá ser substituído por Declaração do responsável técnico legalmente habilitado, de que tem plena ciência das condições e peculiaridades da obra/serviço e que aceita como válida a situação em que se encontra o local para execução do objeto do contrato, caso em que a empresa assume inteira responsabilidade pelo desconhecimento de eventuais particularidades da área, não cabendo qualquer reclamação posterior.

k) Declaração expressa da aceitação das condições estabelecidas no presente Edital para todas as fases da presente licitação.

7.5 DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.5.1. Aplicam-se ao presente processo licitatório as disposições constantes nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

7.6. DO CADASTRAMENTO PRÉVIO

7.6.1. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

7.6.2. A substituição referida no item 7.6.1. somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

7.6.3. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

7.7. SUBSTITUIÇÃO OU APRESENTAÇÃO DE NOVOS DOCUMENTOS

7.7.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.7.2. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.7.3. A Habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos em regulamento, desde que haja regulamentação pelo poder público.

8. GARANTIA DE PROPOSTA

8.1 Não será exigida garantia de proposta.

9. VEDAÇÕES

9.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

9.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 8.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada,



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

9.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

10. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

10.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

10.4 Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

10.4.1. Na hipótese prevista no item 10.4 do presente edital, A administração poderá oportunizar ao licitante que comprove a exequibilidade da sua proposta, e, não havendo comprovação suficiente neste sentido, desclassificá-lo em razão da inexequibilidade apurada.

10.5 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no presente edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com este instrumento convocatório.

10.6 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

10.7. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

10.7.1. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado desempate na forma de sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

10.7.2. Os licitantes poderão oferecer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

10.7.3. Dada a palavra a licitante, esta disporá de trinta (segundos) para apresentar nova proposta.

10.7.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 10,00 (dez reais) que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

10.7.5. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

10.7.6. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo agente de contratação, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

10.7. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10.9. Após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

11. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Encerrada etapa de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que trata o item 5.3, alíneas “d” e “e” deste Edital;

11.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

11.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 11.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.

11.1.4. O disposto no item 10.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

11.2. Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o agente de contratação deverá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

12.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo agente de contratação, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 5.3, alínea “h”, deste Edital.

12.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

12.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

12.6. Constando o atendimento às exigências estabelecidas neste Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

13. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 7.1., 7.2. e 7.3., enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pelo agente de contratação, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

13.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

13.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

13.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no o item 5.3, alíneas “d” e “e” e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

13.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

14. DOS RECURSO

14.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal.

14.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

14.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a)** determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b)** revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c)** proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d)** adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

16.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de **cinco (05) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 6.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 16.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a)** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b)** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

16.7. A regra prevista no item 16.6 se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na fora da alínea “a” do item 16.5.

17. OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

17.1 A vencedora deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis ao serviço, bem como as normas de segurança do trabalho.

17.2 A vencedora deverá executar os serviços observando fielmente o projeto básico, Anexo I, inclusive em relação à qualidade dos materiais e ao cronograma de execução, e os termos da sua proposta.

17.3 A vencedora deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto às contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

utilizados na prestação do serviço, devendo apresentar mensalmente à Administração os comprovantes de pagamentos dos encargos trabalhistas e previdenciários.

18. PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1. O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da publicação do seu extrato no Diário Oficial do órgão licitante, podendo ser prorrogado, justificadamente, a critério da Administração, nos termos da legislação.

18.2. O objeto da presente licitação deverá ser executado no prazo de 06 (seis) meses, a contar da ordem de início emitida pela Administração, podendo ser prorrogado uma vez, justificadamente, a critério da Administração, por igual período.

18.3. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

19. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado contra empenho, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da fatura acompanhada da planilha de medição, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato.

19.2. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice do IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

19.3. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

19.4. Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

19.5. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número da concorrência, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

19.6. Para fins de conhecimento, informa-se que a Lei Municipal nº 2.591 de 19 de novembro de 2024 alterou a base de cálculo do ISS dos subitens 7.02 e 7.05 para o preço total do serviço prestado, incluindo o material empregado no serviço, atendendo posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Dessa forma, as notas fiscais emitidas para o Município de Nova Brésia deverão destacar corretamente a retenção do ISS, conforme lei aprovada.

19.7. A despesa correrá na seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos

02 – Setor de Serviços Urbanos

15.451.0067.1012 – Construção e Melhoria da rede de Iluminação Pública

3.4.4.9.0.5100000000 – Obras e Instalações (9285)

05 – Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos

02 – Setor de Serviços Urbanos

15.451.0067.1012 – Construção e Melhoria da rede de Iluminação Pública

3.4.4.9.0.5100000000 – Obras e Instalações (5212)

20. DO REAJUSTE

20.1. Os valores, objeto da contratação decorrente do processo licitatório, poderão ser reajustados com base em índice oficial, a contar da data da proposta vencedora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

20.2 Caso o prazo de execução do contrato ultrapasse 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados pela variação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) ou outro índice legal que vier a substituí-lo, desde que solicitado pela CONTRATADA. Esse reajuste considerará a data da apresentação da proposta comercial como início da contagem do período dos 12 (doze) primeiros meses e afetará exclusivamente as etapas/parcelas da obra cujo atraso não decorra de culpa da CONTRATADA.

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

21.1. O objeto licitado será recebido:

21.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

21.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

21.2. O objeto licitado poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

21.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

21.4. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contrato.

21.5. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto.

21.6. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção do bem ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessária.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 22.1 deste edital as seguintes sanções:

a) advertência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 22.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

22.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 22.2 do presente Edital.

22.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

22.6. A aplicação das sanções previstas no item 22.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.7. Na aplicação da sanção prevista no item 22.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

22.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 22.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

22.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

22.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

22.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

22.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 21.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

23. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

23.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao agente de contratação, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, mediante protocolo, na sede da Prefeitura Municipal, setor de licitações, com endereço na Av. Bento Gonçalves, nº 1.400, Bairro Centro, neste Município de Nova Brésia/RS, ou pelos telefones (51) 3757-1122 ou (51) 3757-1160, no horário compreendido entre as 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h.

23.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas pelo órgão licitante no seguinte endereço: http://177.23.71.152:8083/?secao=licitacoes&sub=info_licitacao.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

24.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

24.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.

24.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

24.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Arroio do Meio/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Brésia, aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco.

Este edital foi devidamente examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em _____ - _____ - _____

Assessor(a) Jurídico(a)

ANGELO ANTÔNIO BARBIERI

Prefeito Municipal

Nova Brésia/RS



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

ANEXO I

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2025

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

PROJETO BÁSICO

1. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Projeto básico tem como objetivo especificar as condições abaixo delineadas.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada em execução de obra de ILUMINAÇÃO NA PISTA DE CAMINHADA, junto a RS 425, acesso ao Município de Nova Brésia, com recursos oriundos da Secretaria do Esporte do Estado do Rio Grande do Sul, através do Programa Avançar+ Ilumina Esporte, e com recursos próprios, incluindo-se material e mão de obra, de acordo com as especificações do Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento, Cronograma Físico Financeiro e Plantas em anexo, que são parte integrante do presente Edital.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 Justifica-se esta obra, pela necessidade do município em oferecer espaços iluminados e seguros, para a realização de caminhadas ao ar livre, sendo esta prática esportiva de corridas e caminhadas, importante para o desenvolvimento do ser humano, como forma de interagir com o meio em que vivem, desenvolvendo o espírito esportivo, contribuindo para a formação integral do indivíduo. O esporte é uma das principais ferramentas de auxílio no processo de desenvolvimento integrado, tanto educacional como social e da promoção da saúde do ser humano, desta forma, entendemos que esse projeto é de suma importância, pois muitas pessoas praticam caminhadas, e com a iluminação, poderão desfrutar de mais horas, com segurança e qualidade. Pretende o projeto atender as necessidades da população, especialmente em horário noturno, para esta prática esportiva e ao ar livre, com segurança, desenvolvendo aptidão física, despertando o interesse em participar, sendo estas experiências fundamentais para o desenvolvimento social, psíquico e motor do participante, em qualquer faixa etária.

4. DATA DE INÍCIO

4.1 Vigência do contrato 12 meses, podendo ser renovado por outros períodos equivalentes, conforme Lei.

4.2 Prazo para início da obra: 10 (dez) dias após a autorização para o início da obra.

4.2.3 Prazo para execução da obra: 04 (quatro) semanas.

5. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

5.1 Serão definidos os serviços a serem executadas, técnicas a serem adotadas, bem como materiais a serem empregados em tal construção.

5.2 O projeto, planta baixa, planilha orçamentária e do cronograma físico-financeiro, deverão ser registrados através da ART, perante o CREA/RS.

5.3 Os serviços relativos à planilha de orçamento e cronograma, serão apresentados em Memorial e Projeto específico anexo a este memorial, complementando as diretrizes básicas apresentadas neste memorial.

5.4 A mão-de-obra a ser empregada na obra deverá ser composta de operários tecnicamente capazes e conhecedores de suas funções. Com isto espera-se obter a melhor execução e o melhor acabamento em todos os serviços, que só serão aceitos nestas condições.

5.5 A obra deverá ser entregue perfeitamente limpa, e disponível para uso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

ANEXO II

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2025

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Nome do vistoriador/representante da empresa:

Telefone:

E-mail:

Declaramos para todos os fins de direito que a empresa acima identificada, na pessoa do seu representante técnico, que abaixo assina, portador do CPF _____, esteve na sede da Prefeitura Municipal de Nova Brésia, visitando e tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da Concorrência Presencial n.º 001/2025.

A visita realizada e os elementos técnicos fornecidos são suficientes para os levantamentos necessários à elaboração da proposta bem como o desenvolvimento dos serviços a serem realizados, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas pela empresa em favor de eventuais pretensões de acréscimos de serviços. Não serão aceitas reclamações posteriores sob alegação de aumento de serviços ou serviços e materiais não relacionados no Projeto Básico.

Data da vistoria: _____ / _____ /2025

Assinatura representante da empresa

Assinatura e carimbo Prefeitura Municipal de Nova Brésia



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2025

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

RELUX – Instalações Ltda.

Rua Arminho Miotto, 352-Sala 02 – Centro – Anta Gorda-RS ☎ (51) 9 9678-3832

MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO

1 – OBJETIVO:

O presente memorial tem por objetivo descrever as principais características técnicas do projeto para implantação de iluminação pública decorativa na área da “Pista de Caminhada”, localizada no final da Av. Bento Gonçalves, até as proximidades do Pórtico de acesso a cidade, Bairro São Cristóvão, na cidade de Nova Brésia, atendendo a uma solicitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA**.

2 – TOMADAS DE ENERGIA:

A alimentação da iluminação projetada será feita a partir de duas entradas/medições de energia trifásicas, padrão RGE. Uma delas já é existente e permanecerá inalterada. A segunda entrada/medição de energia, padrão RGE C7, deverá ser instalada em local indicado no projeto em anexo. Junto a estes pontos de medição instalados em postes padrão RGE serão instalados os quadros de comando em grupo para acionamento dos circuitos de distribuição secundários que atenderão a iluminação pública projetada. Os referidos quadros de comando deverão ser instalados na maior altura livre do solo possível a fim de manter um nível de segurança adequado e, minimizar riscos de vandalização.

Os quadros de comando a serem utilizados, deverão ser montados em caixas metálicas resistentes a intempérie, munidas de fechadura. As referidas caixas de comando deverão ser fixadas aos postes das medições por meio de abraçadeiras metálicas adequadas. O esquema elétrico dos referidos quadros de comando e proteção deverá seguir o diagrama unifilar representado no projeto.

A partir dos quadros de comando e proteção, partirão os circuitos de alimentação que atenderão os circuitos subterrâneos de baixa tensão para atender a iluminação projetada. Os condutores de alimentação geral, indicados no projeto em anexo, mergulharão ao solo, a partir do quadro de comando, protegidos por eletroduto de PVC rígido de 1¼”, até uma caixa de passagem de alvenaria e(ou) pré-moldadas em concreto, com tampa removível e dreno de pedra britada, instalada junto ao pé do poste das medições. As dimensões internas mínimas desta caixa deverão ser de 30x30x40cm.

Notas:

-Junto aos quadros de comando e proteção, cada circuito de alimentação, deverá contar com dispositivo IDR 30mA, de 4 Polos, conforme especificado no diagrama unifilar.

-A alimentação dos quadros de comando, a partir da medição de energia da concessionária, e destes até o solo, será feito utilizando-se condutores de cobre, isolados em PVC/A 0,6/1kV.

3 – CARACTERÍSTICAS DA REDE PRIMÁRIA:

As redes de média tensão de propriedade da RGE SUL existentes no local do projeto, não sofrerão alterações, nem serão acrescidas novas extensões de média tensão ao sistema.

4 – CARACTERÍSTICAS DAS REDES SECUNDÁRIAS SUBTERRÂNEAS:

Os condutores a serem utilizados nas redes subterrâneas serão de cobre, com isolamento em XLPE (tipo NAX), dupla isolamento, para 1kV, nas bitolas de 4mm², conforme indicado da tabela de trechos constante no projeto. A queda de tensão máxima no ponto mais desfavorável da rede secundária projetada não poderá ultrapassar as 3,5%.

Nos locais em que as redes de distribuição subterrâneas projetadas, apresentarem a necessidade de remover pavimento para a instalação dos condutores, os pavimentos



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

RELUX – Instalações Ltda.

Rua Arminho Miotto, 352-Sala 02 – Centro – Anta Gorda-RS ☎ (51) 9 9678-3832

existentes, deverão ser recompostos. Todos os condutores projetados (Circuitos 1 e 2) deverão ser acondicionados em eletrodutos de Polietileno corrugado (PEAD) na bitola de 1¼”, enterrados a uma profundidade mínima de 0,50m. Nos locais onde ocorrer trânsito de veículos sobre a passadem dos eletrodutos, os mesmos deverão ser envelopados em concreto. Sobre os eletrodutos, recomenda-se depositar uma camada de areia regular visando aumentar a proteção dos condutores contra eventuais choques mecânicos. A instalação dos condutores, de distribuição deverá ser sempre em lances únicos entre as caixas de passagem.

A localização das caixas de passagem, pré-moldadas em concreto, com tampa removível e dreno de brita nas dimensões mínimas de 30x30x40cm, deverá ocorrer junto a cada poste da iluminação projetada, a uma distância não superior a 1 metro dos mesmos.

A subida dos circuitos de alimentação em cada poste será executada com cabos de cobre isolado para 750V, 2x2,5mm², tipo “Plastichumbo”. Também deverão ser instalados condutores de proteção em todos os trechos subterrâneos, sempre na mesma bitola dos demais condutores, conforme tabela de trechos em projeto. Para cada poste/luminária deverá ser selecionada uma das fases do circuito trifásico subterrâneo, de forma alternada, de maneira que as cargas fiquem uniformemente distribuídas ao longo dos circuitos alimentadores. Todas as fases dos circuitos 1 e 2, já se encontram devidamente balanceadas e identificadas no projeto em anexo.

Todas as emendas efetuadas nas caixas de passagem subterrâneas deverão ter sua isolação recomposta, através de camadas de fita isolante tipo autofusão recobertas com fita isolante plástica, de forma a garantir vedação perfeita contra umidade e rigidez dielétrica adequada.

Todos os postes e equipamentos com carcaças metálicas deverão estar solidamente conectados ao condutor de proteção também especificado na tabela de condutores em planta anexa. Junto aos quadros de comando, deverá ser confeccionado sistema de aterramento em que sua resistência máxima seja 10 Ω em qualquer época do ano. Neste mesmo quadro, o sistema de aterramento deverá estar equipotencializado com o condutor neutro.

Os condutores “Plastichubo” no trecho entre as caixas de passagem e a base dos postes metálicos, deverão ser acondicionados em eletroduto de PVC corrugado, flexível, na bitola de Ø 20mm.

5 - LUMINÁRIAS:

As luminárias projetadas para a iluminação da “Pista de Caminhada” deverão possuir as seguintes características básicas:

CAMINHOS

Potência: 50W a 70W

Tensão de operação: AC 100-230V – 50/60Hz

Fluxo luminoso: 5000lm (Mínimo)

Vida útil mínima: 35.000h

Temperatura da cor: Entre 4.000 e 6000k

Lumens/Watt: 130 (±10%)

Grau de proteção: IP66

6 – POSTES DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA:

Os postes destinados à iluminação da pista de caminhada, equipados com as luminárias descritas nos itens anteriores e, cujos locais estão indicados em projeto, deverão ser de aço Ø60.3mm, tipo reto, galvanizados a fogo, flangeados, com altura de 5 metros, instalados sobre bases de concreto usinado (FCK-200), cujas dimensões mínimas serão de 30x30x50cm, fixados por meio de chumbadores de aço galvanizado a fogo, Ø12x300mm fundidos ao concreto das bases.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

RELUX – Instalações Ltda.

Rua Arminho Miotto, 352-Sala 02 – Centro – Anta Gorda-RS ☎ (51) 9 9678-3832

Todos os postes deverão ter diâmetro no topo, de Ø 60,3mm.

7 – ATERRAMENTO E CONDUTOR DE PROTEÇÃO:

Todos os postes metálicos projetados, deverão ser devidamente aterrados ao solo por meio de hastes de aterramento tipo "cantoneira" galvanizadas a fogo, e(ou) do tipo copperweld, com comprimento mínimo de 1 metro, interligadas a base dos postes por meio de condutor bimetálico 10mm². Em todos os pontos de aterramento, deverá ocorrer a interligação com o condutor de proteção, visando a equipotencialização do sistema.

O condutor de proteção deverá, em todo o comprimento das redes subterrâneas, ser da mesma bitola dos demais condutores, no caso específico do projeto, de 6mm².

8 – GENERALIDADES:

- Para a execução dos serviços deverão ser obedecidas rigorosamente as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as GED's da RGE/CPFL, em especial os seguintes pontos:

- Os condutores deverão ser instalados de tal forma que os isente de esforços mecânicos incompatíveis com a sua resistência ou com a do seu isolamento;

- As emendas e derivações deverão ser executadas de modo a assegurar resistência mecânica adequada e contato elétrico perfeito, utilizando-se para tal, conectores e acessórios adequados;

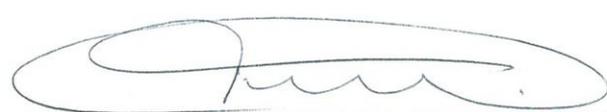
- O condutor do sistema de aterramento deverá ser facilmente identificável em toda a sua extensão, devendo ser devidamente protegido por eletrodutos de PVC rígido nos trechos onde esteja sujeito a contato ou onde possa sofrer eventuais danos mecânicos;

- O condutor de aterramento deverá ser preso aos equipamentos por meios mecânicos, tais como braçadeiras, orelhas, conectores e semelhantes, e nunca com dispositivos de solda a base de estanho, nem apresentar dispositivos de interrupção, tais como chaves, fusíveis, etc., ou ser descontínuo, utilizando carcaças metálicas como conexão;

- Todas as instalações deverão ser executadas com esmero e bom acabamento, conforme recomenda a boa técnica;

Anta Gorda, 26 de outubro de 2024.


Resp. Técnico: Eng^o Eletricista Miguel Ricardo Schroeder
CREA: RS059090


Prefeitura Municipal de Nova Brésia
CNPJ: 88.600.655/0001-41



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

ANEXO IV

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/20251

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

ORÇAMENTO ESTIMADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

Planilha de Orçamento

Cliente: Prefeitura Municipal de Nova Brésia Obra: Iluminação Pista de Caminhada	Data: Feito por: Daniel S. BASE SINAPI: SET/24
---	---

Item	Descrição dos Materiais	Quant.	Unid.	Custo Unitário	Subtotal	Referências
1	Luminária para iluminação pública LED 50W até 70W-100/230V-60Hz 5.000lm(mínimo) IP-65 ou superior. Encaixe em ponta de braço até Ø60,3mm	48	Unid.	399,00	19.152,00	Mercado: VLLC = R\$ 399,00 Rocetto = R\$ 518,17 Lumishow = R\$ 478,80
2	Eletroduto rígido roscável, PVC, DN 32mm (1 1/4")	15	m	12,95	194,25	Sinapi 2684
3	Luva em PVC rígido, roscável, de 1 1/4", para eletroduto	8	Unid.	2,99	23,92	Sinapi 1902
4	Curva longa 90°, PVC rígido roscável, de 1 1/4" para eletroduto	4	Unid.	5,44	21,76	Sinapi 1874
5	Areia média (Posto fornecedor), sem transporte	2,5	m³	94,21	235,53	Sinapi 367
6	Cimento Portland composto CP II-32	350	kg	0,87	304,50	Sinapi 1379
7	Quadro de comando para acionamento em grupo de circuito de iluminação. Montado em caixa metálica de sobrepor, resistente a intempérie, com fechadura. Para fixação em poste de entrada de energia RGE (Existente). Munidas de contactora tripolar de 25A (AC-3), acionada por relé fotoelétrico 220V-1000W, protegida por disjuntor tripolar de 32A (Vide Diagrama Unifilar)	2	Unid.	1.750,00	3.500,00	Mercado: Innova = R\$ 1.750,00 Relux = R\$ 1.837,00 Scalco = R\$ 1.850,00
8	Padrão de entrada de energia, aérea, trifásica, cabo 10mm² (Padrão RGE C7)	1	Unid.	1.931,72	1.931,72	Mercado: Innova = R\$ 2.300,00 Relux = R\$ 1.931,72 Scalco = R\$ 2.185,00
9	Concreto usinado convencional, classe de resistência C-15, com brita 1 e 2	3	m³	487,49	1.462,47	Sinapi 1523
10	Rolo fita isolante, auto fusão	300	m	1,12	336,00	Sinapi 404
11	Fita isolante adesiva, antichama, uso até 750V - 19mmx20m	20	Unid.	8,22	164,40	Sinapi 20111
12	Cabo de cobre flexível, classe 4 ou 5, isolamento em PVC antichama, isolamento 450/750V, seção nominal 4mm² (Cor padrão condutor proteção conforme NBR)	680	m	6,55	5.764,00	Sinapi 91928
13	Caixa de passagem em alvenaria ou pré-moldada em concreto, com tampa removível, Ø 30cm	50	Unid.	92,50	4.625,00	Sinapi 43429
14	Poste telecônico em tubo de aço SAE 1010/1020, galvanizado a fogo, tipo reto, flangeado, altura livre 5,0 metros. Projetado para suportar ventos de até 120km/h(NBR 6123) de acordo com a norma NBR 14.744. Conjunto deverá ser galvanizado interna e externamente, com camada de proteção mínima de 100 micras de zinco por face (NBR 6323, 7399 e 7400)	48	Unid.	788,00	37.824,00	Mercado: Eletrotubos = R\$ 788,00 Innova = R\$ 837,00 Scalco = R\$ 850,00
15	Haste de aterramento em aço galvanizado, tipo cantoneira com 1500 mm	25	Unid.	58,28	1.515,28	Mercado: Innova = R\$ 64,15 Relux = R\$ 58,28 Scalco = R\$ 62,00
16	Bucha de alumínio Ø1 1/4"	8	Unid.	2,29	13,74	Sinapi 39177
17	Cabo de cobre flexível isol. em PVC/A, antichama, 0,6/1kV - 6mm² (Cores padrão NBR para Fases e Neutro)	40	m	5,67	226,80	Sinapi 994
18	Arruela de alumínio Ø1 1/4"	4	Unid.	2,00	8,00	Sinapi 39211
19	Suporte adaptador (vide projeto), em aço galvanizado, para aplicação em topo de poste metálico, munido com braço de 300mm de comprimento para luminária pública. Diâmetro externo Ø48,3mm, ângulo de elevação de 10° e espessura de parede de #3mm, furação para fixação ao postepor meio de três parafusos a 120°. Topo do núcleo com diâmetro de Ø76,2mm para encaixe em poste com diâmetro de Ø60,3mm. Comprimento mínimo para encaixe no poste de 200mm.	48	Unid.	118,00	5.664,00	Mercado: Eletrotubos = R\$ 118,00 Innova = R\$ 137,50 Scalco = R\$ 142,00
20	Concretagem como proteção mecânica adicional para rede de distribuição de energia elétrica enterrada	2	m³	618,86	1.237,72	Sinapi 103491



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

Planilha de Orçamento

Cliente: Prefeitura Municipal de Nova Brésia

Obra: Iluminação Pista de Caminhada

Data:

Feito por: Daniel S.

BASE SINAPI: SE1/24

Item	Descrição dos Materiais	Quant.	Unid.	Custo Unitário	Subtotal	Referências
21	Cabo de cobre flexível isol. em HEPR 90°C 0,6/1kV - 4mm ² (Cores padrão NBR para Fases e Neutro)	3400	m	4,36	14.824,00	Mercado: Relux = R\$ 4,26 Innova = R\$ 5,12 Scalco = R\$ 4,94
22	Balde para inspeção de aterramento e párraios, em polipropileno Ø300mm	2	Unid.	41,70	83,40	Sinapi 34643
23	Eletroduto corrugado PEAD 32mm	800	m	3,85	3.080,00	Sinapi 40401
24	Eletroduto PVC flexível, corrugado, de 20mm	100	m	3,69	369,00	Sinapi 39243
25	Fita metálica perfurada, L=17mm, rolo de 30m	1	Unid.	46,22	46,22	Sinapi 14152
26	Condutor de cobre isolado PVC70G-750V-2x2,5mm ² (Plastichumbo)	400	m	5,55	2.220,00	Mercado: Relux = R\$ 5,55 Innova = R\$ 6,05 Scalco = R\$ 5,94
27	Condutor bimetalico para aterramento (aço/cobre) 10mm ²	100	m	13,00	1.300,00	Mercado: Relux = R\$ 13,70 Innova = R\$ 14,20 Scalco = R\$ 13,00
28	Chumbador para fixação da flange do poste galvanizado em base de concreto, em aço galvanizado Ø12x300mm	192	Unid.	22,47	4.314,24	Mercado: Relux = R\$ 22,47 Scalco = R\$ 25,20 Innova = R\$ 24,00
29	Conector metálico (Split Bolt), para cabos até 10mm ²	50	Unid.	7,05	352,50	Sinapi 11856
30	Arruela quadrada em aço galvanizado, 45x45mm, furo Ø14mm	1536	Unid.	1,66	2.549,76	Mercado: Relux = R\$ 1,66 Innova = R\$ 1,94 Scalco = R\$ 2,54
31	Porca quadrada para parafuso de Ø12mm	1536	Unid.	0,57	875,52	Sinapi 4939
32	Conjunto de acessórios diversos para instalação e montagem (cintas plásticas+parafusos+arruelas+ buchas plásticas+cintas de aço+grampos de fixação+porcas+conectores)	1	Vb	1.500,00	1.500,00	Mercado: Relux = R\$ 1.613,00 Innova = R\$ 1.600,00 Scalco = R\$ 1.500,00
33	Fornecimento e instalação de placa de obra em chapa galvanizada e estrutura de madeira	2,88	m ²	460,00	1.324,80	Sinapi 103689
34	Retroescavadeira sobre rodas, com carregadeira, tração 4x2	30	CHOR	140,95	4.228,50	Sinapi 5680
35	Caminhão guindauto	70	chp	283,83	19.868,10	Sinapi 5928

Subtotal R\$ 163.596,63

Mão de Obra

36	Auxiliar de eletricista com encargos complementares	300	h	24,84	7.452,00	Sinapi 88247 (150h cada)
37	Auxiliar de serviços gerais com encargos complementares	300	h	22,89	6.867,00	Sinapi 88252 (150h cada)
38	Engenheiro Civil de obra pleno com encargos complementares + 30% periculosidade	36	h	164,55	5.923,80	Sinapi 90778
39	Ajudante de pedreiro com encargos complementares	50	h	24,37	1.218,50	Sinapi 88242
40	Desenhista projetista com encargos complementares	30	h	33,14	994,20	Sinapi 90775
41	Pedreiro com encargos complementares	30	h	27,93	837,90	Sinapi 88309
42	Eletrotécnico com encargos complementares	36	h	36,05	1.297,80	Sinapi 88266
43	Calceteiro com encargos complementares	40	h	24,50	980,00	Sinapi 88260
44	Eletricista com encargos complementares	300	h	29,90	8.970,00	Sinapi 88264 (150h cada)
45	Motorista operador de munck com encargos complementares	150	h	33,56	5.034,00	Sinapi 88286
					Total Geral:	R\$39.575,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

Planilha de Orçamento

Cliente: Prefeitura Municipal de Nova Brésia Obra: Iluminação Pista de Caminhada	Data: Feito por: Daniel S. BASE SINAPI: SE1/24
---	---

Item	Descrição dos Materiais	Quant.	Unid.	Custo Unitário	Subtotal	Referências
------	-------------------------	--------	-------	----------------	----------	-------------

Materiais: R\$ 164.341,83
Mão de obra: R\$ 39.575,20
BDI Mão de obra - 25,15%: R\$ 9.953,16
BDI Materiais - 25,15%: R\$ 41.331,97
Total Geral: R\$ 255.202,16


Engº Eletricista Miguel Ricardo Schroeder
CREA: RS59-090



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

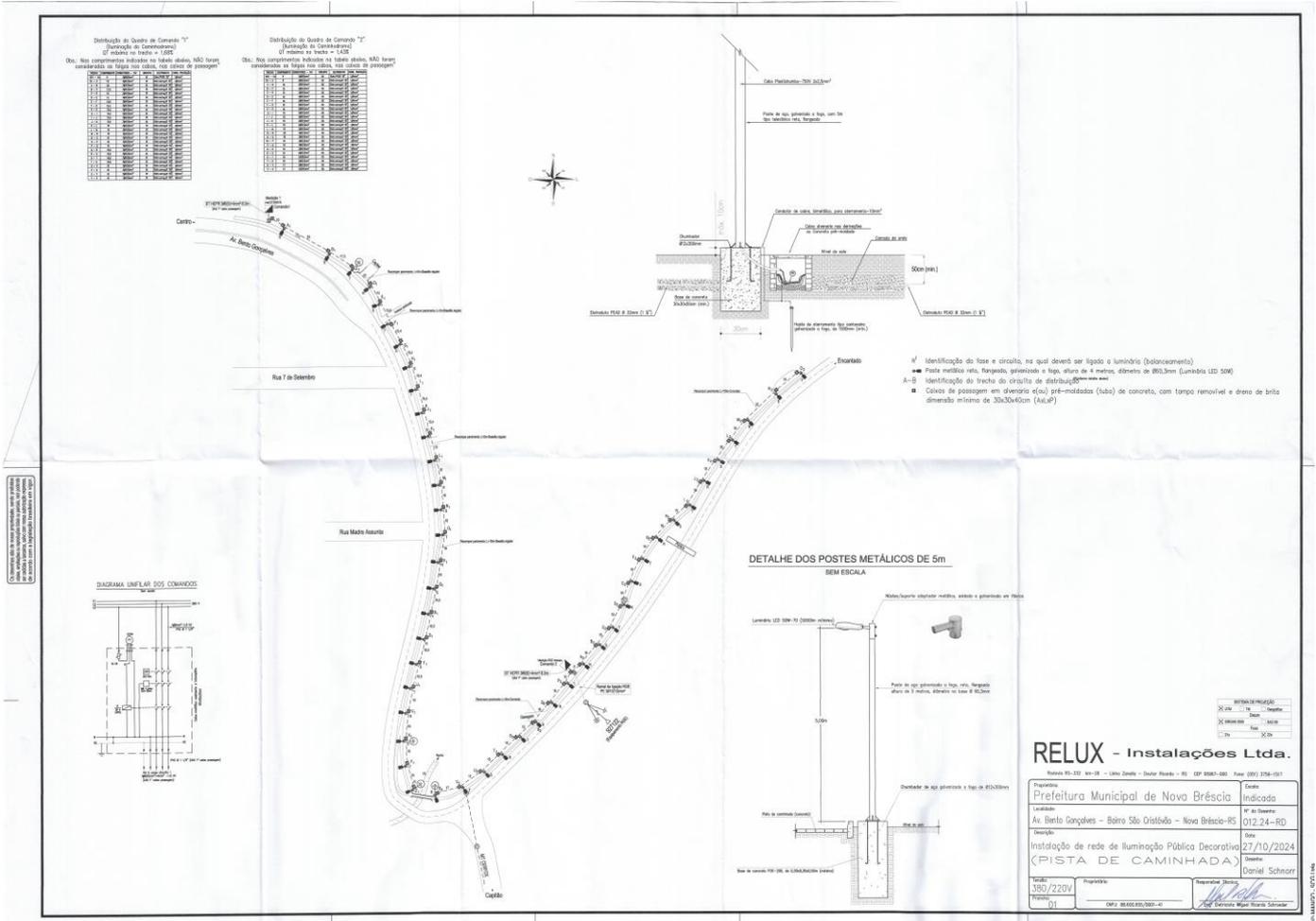
Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

ANEXO V PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2025 EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

PROJETO





PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

ANEXO VI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2025

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

CÁLCULO DO BDI

Item	Descrição dos Materiais	Quant.	Unid.	Custo Unitário	Subtotal	Referências
------	-------------------------	--------	-------	----------------	----------	-------------

Materiais:	R\$ 164.341,83
Mão de obra:	R\$ 39.575,20
BDI Mão de obra - 25,15%:	R\$ 9.953,16
BDI Materiais - 25,15%:	R\$ 41.331,97
Total Geral:	R\$ 255.202,16


Engº Eletricista Miguel Ricardo Schroeder
CREA: RS59-090



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

ANEXO VII

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2025

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS

SINAPI - Composição de Encargos Sociais



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL VIGÊNCIA A PARTIR DE: 01/2016

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	16,80%	16,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,91%	Não incide	17,91%	Não incide
B2	Feriados	4,24%	Não incide	4,24%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,91%	0,69%	0,91%	0,69%
B4	13º Salário	10,89%	8,33%	10,89%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,08%	0,06%	0,08%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,36%	Não incide	1,36%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,12%	0,09%	0,12%	0,09%
B9	Férias Gozadas	9,54%	7,30%	9,54%	7,30%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,02%	0,03%	0,02%
B	Total	45,81%	17,05%	45,81%	17,05%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,46%	4,18%	5,46%	4,18%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	0,10%	0,13%	0,10%
C3	Férias Indenizadas	3,68%	2,82%	3,68%	2,82%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	4,53%	3,47%	4,53%	3,47%
C5	Indenização Adicional	0,46%	0,35%	0,46%	0,35%
C	Total	14,26%	10,92%	14,26%	10,92%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	7,70%	2,86%	16,86%	6,27%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,46%	0,35%	0,48%	0,37%
D	Total	8,16%	3,21%	17,34%	6,64%
TOTAL(A+B+C+D)		85,03%	47,98%	114,21%	71,41%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

ANEXO VIII PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2025 EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

EDITAL SEL Nº 03/2024
AVANÇAR+ ILUMINA ESPORTE

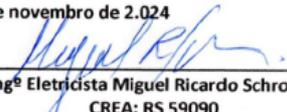
Prefeitura Proponente: NOVA BRÉSCIA/RS

Título do Projeto: ILUMINAÇÃO PISTA DE CAMINHADA

Etapa	Duração em dias	Período (Mês)																		Valor Estimado (R\$)
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
Início da realização do projeto a contar da publicação da súmula do convênio	30	x																		Sem custo
Comunicação convênios diversas instancias competentes	15	x																		Sem custo
Depósito de contrapartida	30		x																	77.202,16
Licitação/Contrato	60		x	x																Sem custo
Execução obra total	90				x	x	x													255.202,16
Divulgação mídias	180	x	x	x	x	x	x													Sem custo

Obs.: Valor solicitado: R\$ 178.000,00 + valor contrapartida: R\$ 77.202,16 = VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 255.202,16

Nova Brésia, 11 de novembro de 2024


Engº Eletricista Miguel Ricardo Schroeder
CREA: RS 59090



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

ANEXO IX

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2025

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, por intermédio de seu(a) representante legal, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA,**

1. a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme disposto no inciso I do art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
2. que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista;
3. o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
4. que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no inciso IV art. 63 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
5. que atende ao inciso VI, do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que se refere ao inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que diz o seguinte: "Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
6. que não foi declarada inidônea, para licitar ou contratar como Poder Público em qualquer de suas esferas.
7. que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias
8. para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.
9. que recebeu todos os projetos necessários, memoriais, orçamento quantitativo e financeiro e cronograma físico-financeiro.
10. que conhece o local e as condições de realização do serviço.

Local e Data: __/__/____.

**NOME E CPF
ASSINATURA DO REPRESENTANTE**



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

ANEXO X

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2025

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

MODELO DE MINUTA DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO NA PISTA DE CAMINHADA, JUNTO A RS 425, ACESSO AO MUNICÍPIO DE NOVA BRÉSCIA, A SEREM EXECUTADOS EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS NO MEMORIAL DESCRITIVO (ANEXO IV), CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (ANEXO IX), MINUTA DE CONTRATO (ANEXO XIV) E DEMAIS DOCUMENTOS ANEXOS AO PRESENTE EDITAL, COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS PROVENIENTES DO PROA Nº 24/2900-0000660-1 E FPE Nº 5221/2024, DO PROGRAMA AVANÇAR+ ILUMINA ESPORTE DA SECRETARIA DO ESPORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

A _____ (nome da empresa), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, credencia como seu representante o Sr.(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes nesta Concorrência Pública, na sessão pública de julgamento.

Local e Data: __/__/____.

NOME E CPF
ASSINATURA DO REPRESENTANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

ANEXO XI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2025

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

MINUTA DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO NA PISTA DE CAMINHADA, JUNTO A RS 425, ACESSO AO MUNICÍPIO DE NOVA BRÉSCIA, A SEREM EXECUTADOS EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS NO MEMORIAL DESCRITIVO (ANEXO IV), CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (ANEXO IX), MINUTA DE CONTRATO (ANEXO XIV) E DEMAIS DOCUMENTOS ANEXOS AO PRESENTE EDITAL, COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS PROVENIENTES DO PROA Nº 24/2900-0000660-1 E FPE Nº 5221/2024, DO PROGRAMA AVANÇAR+ ILUMINA ESPORTE DA SECRETARIA DO ESPORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

A _____ (nome da empresa), CNPJ nº _____, com sede _____, por seu(a) representante legal _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

Local e Data: __/__/____.

NOME E CPF
ASSINATURA DO REPRESENTANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

ANEXO XII

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2025

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

MINUTA DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

APLICAÇÃO DOS ARTS. 42 AO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

A _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por seu(a) representante legal, _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que para obter os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, o licitante no ano-calendário de realização da licitação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II), sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021. Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

Local e Data: __/__/____.

NOME E CPF
ASSINATURA DO REPRESENTANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

ANEXO XIII

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2025 EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº/.....

Por este instrumento contratual, o Município de Nova Brésia/RS, pessoa jurídica de direito público interno, com CNPJ-MF n.º 88.600.655/0001-41, representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. ANGELO ANTÔNIO BARBIERI**, brasileiro, casado, Empresário, residente e domiciliado na Avenida Bento Gonçalves, 1.525, apartamento 301, Centro, nesta cidade de Nova Brésia - RS, inscrito no C.P.F. n.º 384.016.570-91 e portador da cédula de identidade n.º 6025094472- SSP-RS, no uso da competência, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, como **CONTRATADA**, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, com sede na Rua, n.º, Bairro, Município/....., neste ato representada por, portador da cédula de identidade n.º, CPF n.º, residente e domiciliado à Rua, n.º, Município de, ora em diante denominado de **CONTRATADA**, firmam o presente pacto contratual entre si, convencionando as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente instrumento é fundamentado no procedimento realizado pela **CONTRATANTE** através do edital de licitação modalidade Concorrência Presencial nº 001/2025 e na proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação datados de _____, e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 (inclusive nos casos omissos), suas alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução de obra de **ILUMINAÇÃO NA PISTA DE CAMINHADA**, junto a RS 425, acesso ao Município de Nova Brésia, a serem executados em regime de empreitada por preço global, conforme especificações técnicas detalhadas no Memorial Descritivo (Anexo III), cronograma físico-financeiro (Anexo VIII), minuta de contrato (Anexo XIII) e demais documentos anexos ao presente edital, com recursos próprios e com recursos provenientes do PROA nº 24/2900-0000660-1 e FPE nº 5221/2024, do Programa Avançar+ Ilumina Esporte da Secretaria do Esporte do Estado do Rio Grande do Sul, a serem executados em regime de empreitada por preço global, conforme o projeto básico do edital de licitação nº 001/2025 e a proposta vencedora, que fazem parte integrante desse contrato, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O preço a ser pago pela execução do objeto do presente contrato é de R\$ (.....), sendo que R\$ (.....) corresponde a mão-de-obra, conforme consta na proposta vencedora da licitação, aceito pela **CONTRATADA**, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto, conforme cronograma físico-financeiro anexo ao presente instrumento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em parcelas, de acordo com o cronograma físico-financeiro da execução, após a realização da respectiva medição e mediante a apresentação de fatura e aprovação da fiscalização da CONTRATANTE. Nas notas fiscais deverão constar o nº do **PROA nº 24/2900-0000660-1 e FPE nº 5221/2024, do Programa Avançar+ Ilumina Esporte da Secretaria do Esporte do Estado do Rio Grande do Sul**

Parágrafo primeiro. O pagamento correrá em até 10 (dez) dias a contar da apresentação de fatura aprovada. Se o término desse prazo coincidir com dia não útil, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediatamente posterior.

Parágrafo segundo: Para a liberação de pagamento de parcela a CONTRATADA deverá apresentar prova de recolhimento do INSS, do FGTS e ISS da obra e ART de execução (esta na primeira parcela).

Parágrafo Terceiro: Para fins de conhecimento, informa-se que a Lei Municipal nº 2.591 de 19 de novembro de 2024 alterou a base de cálculo do ISS dos subitens 7.02 e 7.05 para o preço total do serviço prestado, incluindo o material empregado no serviço, atendendo posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Dessa forma, as notas fiscais emitidas para o Município de Nova Brésia deverão destacar corretamente a retenção do ISS, conforme lei aprovada.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS

Aplicam-se ao presente contrato os seguintes prazos:

I - A CONTRATADA deverá iniciar a obra objeto do presente contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir do recebimento da Ordem de Execução dos Serviços, emitida pela CONTRATANTE;

II – A entrega de cada etapa da obra deverá respeitar o cronograma de medição previsto na cláusula décima sexta deste contrato;

III - A conclusão da obra deverá ocorrer no prazo de até 06 (seis) meses, a contar do recebimento da ordem de execução dos serviços.

Parágrafo primeiro – O prazo de que trata a alínea III, acima, poderá ser prorrogado, à critério da Secretaria competente, após aprovação do fiscal do Contrato, desde que seja requerido pela empresa vencedora de forma motivada, devidamente justificado e durante o transcurso do respectivo prazo.

Parágrafo segundo – Qualquer atraso no cumprimento do prazo estabelecido no presente contrato somente será justificado, e não será considerado como inadimplemento, se provocado por ato ou fato imprevisível não imputável à CONTRATADA e devidamente aceito pela Administração.

Parágrafo terceiro - A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos

02 – Setor de Serviços Urbanos

15.451.0067.1012 – Construção e Melhoria da rede de Iluminação Pública

3.4.4.9.0.5100000000 – Obras e Instalações (9285)

05 – Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos

02 – Setor de Serviços Urbanos

15.451.0067.1012 – Construção e Melhoria da rede de Iluminação Pública

3.4.4.9.0.5100000000 – Obras e Instalações (5212)



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a CONTRATANTE compensará a CONTRATADA com juros de 0,5% ao mês calculados pró-rata dia, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO

O reajustamento do valor relativo ao presente contrato poderá ocorrer desde que ultrapassado o período mínimo de 1 (um) ano da data-base vinculada à data da proposta vencedora, pela variação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) ou outro índice legal que vier a substituí-lo, desde que solicitado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida.

Parágrafo único. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- I - Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos serviços executados, nos termos do presente instrumento;
- II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- III – Determinar as providências necessárias quando os serviços não estiverem sendo realizados na forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes, quando for o caso;
- IV - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços objeto desse contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I – Executar a obra observando fielmente o projeto básico que segue anexo a este instrumento, inclusive em relação à qualidade dos materiais e ao cronograma de execução, bem como aos termos da sua proposta;
- II - Providenciar a matrícula da obra junto ao INSS, antes do início da sua execução, bem como a anotação da responsabilidade técnica – ART de execução junto ao respectivo conselho profissional;
- III - Indicar preposto para ser seu representante durante a execução do presente contrato;
- IV - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- V - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados utilizados na prestação do serviço, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

VI – Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

VII - Observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis à obra no que tange à segurança, solidez e perfeita execução das obras objeto deste contrato.

VIII - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

IX - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;

X - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços efetuados em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço contratado;

XI - Parágrafo único. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e em contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O CONTRATANTE acompanhará a execução do objeto deste contrato através da servidora Alessandra Laste, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação legal, controle e fiscalização das obras e serviços de construção, observando em diário de obra todo e qualquer fato relevante.

Parágrafo primeiro – As relações mútuas entre CONTRATANTE e CONTRATADA serão mantidas por intermédio da fiscalização. De outra parte, as Ordens de Serviço ou comunicações entre fiscalização e a CONTRATADA, ou vice-versa, serão transmitidas por escrito, convenientemente numeradas, em duas vias, uma das quais ficará em poder do transmitente, depois de visada pelo destinatário, só assim produzindo seus efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA MEDIÇÃO

As medições da obra estarão vinculadas ao cronograma físico-financeiro que faz parte integrante do presente contrato, e serão processadas independentemente de solicitação da CONTRATADA, com periodicidade mensal.

Parágrafo Único – Processada a medição, a CONTRATANTE comunicará o valor apurado, sendo que apenas após este ato será possível que a CONTRATADA emita fatura referente aos serviços executados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DA OBRA

O objeto do presente contrato será recebido:

I – Provisoriamente pelo responsável designado pela CONTRATANTE para acompanhamento e fiscalização dos serviços, mediante termo circunstanciado, após verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico. O recebimento provisório deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias da notificação da CONTRATADA acerca do término do serviço;

II – Definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais. O recebimento definitivo ocorrerá depois de transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias do recebimento provisório.

Parágrafo único. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a CONTRATADA de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA DO OBJETO

A CONTRATADA se responsabilizará pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data do recebimento definitivo do objeto pela CONTRATANTE pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados, bem como pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício,



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DAS PENALIDADES

A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I. Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II. Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.

III. Impedimento de licitar e de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:

Parágrafo primeiro – Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

Parágrafo segundo – Dar causa à inexecução total do contrato.

Parágrafo terceiro – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

Parágrafo quarto – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

Parágrafo quinto – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

Parágrafo sexto – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

IV. Declaração de inidoneidade de licitar e contratar com qualquer órgão público da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:

Parágrafo primeiro – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

Parágrafo segundo – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

Parágrafo terceiro – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

Parágrafo quarto – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo quinto – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Na aplicação das sanções serão considerados:

I. A natureza e a gravidade da infração cometida.

II. As peculiaridades do caso concreto.

III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

IV. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.

V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo sexto – Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à CONTRATADA defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.

Parágrafo sétimo – A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo CONTRATANTE composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA EXTINÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41

As hipóteses que constituem motivo para rescisão contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, por:

- I – Ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto nos casos em que esta tenha dado causa à extinção;
- II – Consensual, desde que haja interesse e seja conveniente para a CONTRATANTE;
- III – Por decisão arbitral ou judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Arroio do Meio para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

E por estarem assim justas e contratadas as partes, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante 02 (duas) testemunhas abaixo, para que gere seus jurídicos e legais efeitos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Brésia, aos de do ano de dois mil e vinte cinco.

EMPRESA CONTRADA

ANGELO ANTÔNIO BARBIERI
PREFEITO MUNICIPAL

AVENTINO ANTONIO DOS PASSOS
ADVOGADO DO MUNICÍPIO
OAB/RS 29.361

Testemunhas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRÉSCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Bento Gonçalves, 1400 – Cep. 95950-000

Fone/Fax: (51)37571160/37571122

CNPJ 88.600.655/0001-41